

DESIGUALDADES SOCIAIS E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VODS: VENDENDO ILUSÕES?

Elenise Faria Scherer¹

Resumo:

Nesta comunicação oral apresento resultados iniciais da pesquisa sobre as desigualdades sociais e os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) proposto pela Agenda 2030 da ONU e sua efetiva no estado do Amazonas. Busco, inicialmente, discutir sobre a dimensionalidade do conceito de desigualdades contemporâneas ou globais, procurando mostrar que a nova compreensão de desigualdade não se restringe ao seu aspecto monetário ou de renda. Abrange outras dimensões da vida social entre as quais podemos citar as desigualdades existenciais, de gênero, étnico racial, cultural, sexual, saúde, entre outras. Procuro relacionar essas dimensões a construções dos ODS, em particular o Objetivo 10 que trata das intenções de reduzir a pobreza e a miséria do mundo. Trago essa discussão as suas efetivações concretas no estado do Amazonas. Concluo ser louvável as intenções dos ODS, mas, desconfiamos de sua efetivação, pois as questões estruturais das sociedades contemporâneas tais quais a lógica capitalista e o ideário neoliberal em vigor são contraditórias a concretização da igualdade e da sustentabilidade pretendida.

Palavras chave: Desigualdades sociais, ODS, pobreza global, Amazonas

Summary:

In this oral communication I present initial results of the research on social inequalities and the SDGs (Sustainable Development Goals) proposed by the UN 2030 Agenda and its effectiveness in the state of Amazonas. I seek, initially, to discuss the dimensionality of the concept of contemporary or global inequalities, trying to show that the new understanding of inequality is not restricted to its monetary or income aspect. It covers other dimensions of social life, among which we can mention existential, gender, ethnic, racial, cultural, sexual, health, among others. I try to relate these dimensions to the construction of the SDGs, in particular Goal 10 which deals with the intention to reduce poverty and misery in the world. I bring this discussion to its concrete effectiveness in the state of Amazonas. I conclude that the intentions of the SDGs are laudable, but we are suspicious of their effectiveness, because the structural issues of contemporary societies such as the capitalist logic and the neoliberal ideology in force are contradictory to the achievement of equality and the intended sustainability.

Keywords: social inequalities, SDGs, global poverty, Amazonas

¹ Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. E-mail:

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais vêm ocupando um destacado espaço nos debates científicos e políticos globais sobretudo aqueles referentes ao desenvolvimento humano, e, ainda, nos fóruns econômicos internacionais quando os atores econômicos adotam em seus discursos as preocupações em diminuir as desigualdades como requisito à estabilidade social mundial. Em outras esferas públicas, as ONGs internacionais estão a indicar que o vírus das desigualdades globais se intensificou nos últimos três anos, simultaneamente ao vírus da pandemia da Covid-19. Reconhece-se que as desigualdades sociais se expandiram continuamente desde o final dos anos 70 quando o liberalismo neoliberal se consolida em países ocidentais e em desenvolvimento, agravando o desemprego, a precariedade o trabalho e a desregulamentação brutal das diferentes vidas econômicas. Desde a crise econômico-financeira de 2008 e as subsequentes aplicações das políticas de alteridades fiscais contribuíram no agravamento das desigualdades no mundo. Há um consenso mundial que o mundo global foi profundamente afetado pelas desigualdades nos últimos 25 anos aprofundando o fosso abismal entre os detentores da riqueza e do poder e aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho e em condições vulneráveis de existência.

Esta comunicação resulta da pesquisa sobre o tema tomando como referência empírica ações interventivas de redução das desigualdades globais proposta pela Agenda 2030² das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, com especial enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

²Em 2015, a agenda intitulada *Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* projetada pela cúpula do Desenvolvimento Sustentável na sede da ONU em Nova York propôs uma ação mundial coordenada entre governos, empresas, academias e sociedade civil a fim de alcançar 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas relacionadas a cada um deles. Tratava-se de uma oportunidade histórica e sem precedentes com objetivo de reunir países e construir em perspectiva global ações interventivas para acabar com a pobreza no mundo, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

(ODS). As desigualdades sociais são preocupações transversais em toda a Agenda 2030, contudo, nosso enfoque está centrado na Meta 10.2 que centraliza e propõe mundialmente as diferentes configurações de desigualdade e as suas condições de inclusão de todos aqueles que vivem condições de pobreza, independente das condições econômicas, da idade, gênero, étnica, racial e religião. Destaco que nesta comunicação restrinjo-me de forma preliminar trazer para o debate as ideias iniciais da pesquisa sobre as desigualdades sociais na Amazônia e os ODS.

2. DESIGUALDADE IMPORTA

A desigualdade tornou-se um fenômeno politicamente relevante no debate acadêmico da economia política internacional (PIKETTY, 2020) e na agenda e na redefinição da agenda liberal internacional (OXFAM,2021). No âmbito do debate sobre essa redefinição e redimensionamento conceitual e empírica da compreensão sobre desigualdades contemporâneas, formulou-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS³, em especial o Objetivo 10 que tenta superar a dicotomia entre desigualdade de resultados e de oportunidades no âmbito político e acadêmico, rumo uma abordagem holística do fenômeno (SANTOS e NOGUEIRA, 2019)

Göran Therborn rechaça categoricamente a ideia de compreender a desigualdade por questões econômicas. Reivindica que o conceito de desigualdade, não pode ser medido tão somente pelo aspecto da renda monetária. Para ele “a desigualdade se diferencia no acesso as oportunidades, ao desfrute dos direitos, ao

³Os ODS foram discutidos e elaborado a partir da deliberação da Rio+20 e contou com o apoio e com a colaboração de governos, de empresários, de todo o Sistema ONU e de milhares de pessoas ao redor do mundo, por meio de consultas presenciais e online. E são decorrentes, também dos progressos conquistados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como a redução da pobreza em vários países, a expansão da educação e da tecnologia sustentável e a reconstrução de nações após conflitos.

reconhecimento por parte dos outros ou a participação política, entre outros fatores”. Os seres humanos “não são somente seres vivos com necessidades básicas, mas também, pessoas com valor e dignidade (THERBON, 2015, p. 24). Ao reelaborar o conceito de desigualdade global, Therborn define os três enigmas conceituais: a desigualdade vital, a desigualdade existência, e a desigualdade de recursos.

Nessa perspectiva as teorias mais avançadas das desigualdades enfatizam o seu caráter multidimensional, sistêmico e plural, bem como as suas dinâmica interativas, de natureza cumulativa que se verificavam nas desigualdades socioculturais relevantes e preocupantes, da ordem da discriminação categorial e da discriminação de reconhecimento identitário (discriminações de gênero, idade, étnico-raciais, estilo de vida, orientação sexual, etc). (COSTA, 2005)

Para Therborn, a desigualdade é muito mais do que questão econômica ou de renda, é uma “ ordenamento sociocultural que (para a maioria de nós) reduz nossa capacidade de funcionar como seres humanos, nossa saúde, nosso amor próprio, nosso sentido de identidade, assim como nossos recursos para atuar e participar da vida societária” (2015, p. 72).

Contudo, para alguns autores as desigualdades não perderam o seu caráter estrutural, designadamente socioeconômicas e de poder. As análises macroestruturais das desigualdades não estão basicamente ultrapassadas. Em outros termos, as desigualdades estruturais de classe seguem dissipando o tecido social nas sociedades contemporâneas.

As desigualdades no mundo estão a aumentar e os seus efeitos na estrutura das sociedades são transversais, interligando-se de forma complexa com uma variedade de fenômenos econômicos culturais, políticos e ambientais. Elas se tornaram não só um desafio a sociedade contemporânea. Eis as razões da ressignificação do conceito de desigualdade e sua ocupação e centralidade nos debates internacionais não só sobre o desenvolvimento, mas também sobre os direitos humanos e segurança internacional.

Esses redimensionamentos conceituais parecem definir ou conduzir o mapeamento teóricos e empíricos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS que nos permite não só enxergar as mudanças e ressignificações do conceito da desigualdade ao longo do tempo, mas também vislumbrar os possíveis impactos dessas mudanças na redefinição de políticas públicas e práticas liberais de combate à desigualdade na agenda global (SANTOS e NOGUEIRA, 2019).

No movimento de alargamento das dimensões conceituais e empíricas das desigualdades para além do material ou seja, para além da desigualdade de renda está presente no Objetivo 10 e nos demais ODS que atravessa toda a Agenda 2030. Destaque-se que os ODS em sua totalidade, possuem interseção com a desigualdade, de tal modo, que a maioria dos objetivos e de suas metas implícita ou explicitamente possuem conexões com o Objetivo 10. Para estudiosos aqui citados a desigualdade é um problema a ser combatido no que concerne o acesso à saúde, à energia, à educação, à segurança, à vida social e a inúmeras outras dimensões relevantes para o bem estar humano. Trata-se, portanto, de uma prioridade na agenda internacional liberal. De tal modo, que os ODS viriam reforçar e a completar as intenções programáticas da ODM e alargando o prazo para serem alcançados até os anos de 2030.

Assim, os ODS foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODMs, procurando completar o trabalho inacabado até 2015, respondendo a novos desafios postos pela sociedade global. No total, são 17 objetivos e 169 metas sobre questões que asseguram o desenvolvimento sustentável. Em setembro de 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou os ODS, num contexto e proximidades com a COP-21 realizada em Paris onde deveria se decidir sobre um novo protocolo sobre as mudanças climáticas globais.

Os ODS, sem dúvida, são uma lista de prioridades, pode-se dizer, bem intencionadas e mais ampla do que as oito metas dos ODMs. Mas, a questão crucial posta desde o início: para mudar o mundo é preciso bem mais do que boa intenção. Há que se destacar aqui, o estudo de Göran Therborn (2015) ao

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



demonstrar a partir de uma robusta pesquisa teórico-empírica em diversos países que as desigualdades apresentaram um imenso progresso, sobretudo do que se refere as desigualdades existenciais tais como de gênero e etnia e ainda em relação as questões ambientais apesar das contradições inerentes ao desenvolvimento sustentável e ambiental.

Há de se ter presente, e os estudos indicam que o modelo de desenvolvimento que tem prevalecido globalmente nos últimos 250 anos é atravessado por contradições. E na elaboração dos ODS, a concepção do desenvolvimento sustentável não foi devidamente problematizadas e questões essenciais, tais como as mudanças de processos econômicos contemporâneos ficaram de fora dos ODS. Mas, além das contradições, a Agenda 2030 enfrenta enormes desafios. Não há como pensarmos em uma justiça social, sem demandar o contexto e a diversidade em relação à complexidade das vidas humanas com o advento dos fenômenos contemporâneos da globalização e a adoção de políticas neoliberais de fortalecimento dos mercados financeiros e do capital em detrimento do trabalho, a flexibilização, de mecanismos tecnológicos da gestão por via do incremento, sem precedentes, de mecanismos tecnológicos automatizados e de ferramentas digitais ou a crise energética global tem contribuído para alterações significativas nos modos de funcionamento das sociedades (COSTA, 2005).

Em outros termos: as intenções de justiça social proposta pela Agenda 2030 e os ODS vão de encontro em um contexto predominantemente neoliberal, de economização da vida em todos seus aspectos e instituições. Ou seja, os ODS remam contra uma maré ultraneoliberal, especialmente no Brasil nos últimos 06 anos.

Para Mészáro o “liberalismo sempre fechou os olhos para o fato embaraçoso de que uma melhoria significativa visando uma sociedade equitativa só pode resultar de uma mudança fundamental na estrutura da própria produção”. (Meszaro, p. 25, 2015).

PROMOÇÃO



APOIO



3. AS DESIGUALDADES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Acompanhamos o desenrolar e o cumprimento da Meta 10.2 em nosso país, particularmente na região Norte num contexto de intensificação das desigualdades não apenas na igualdade de recursos mas também no reconhecimento da diversidade cultural e social, ou seja, de uma *igualdade substantiva* como condição absoluta da sustentabilidade (MESZARO, 2015)

Os estudos realizados pela equipe do economista francês Thomas Piketty demonstram que a desigualdade de renda no Brasil não caiu entre 2001 e 2015. Mesmo com o crescimento da renda da população mais pobre no Brasil nos últimos 15 anos foi insuficiente para reduzir a desigualdade. Para este autor a maior parte do crescimento econômico neste século foi apropriada pelos 10% mais ricos da população. Isso também foi comprovado pelo relatório da OXFAM (2021), aliada a crise da Covid 19.

Existe uma relação entre região – nação, portanto, estamos num País onde existe uma das maiores concentrações de riqueza e enormes desigualdades sociais do mundo. A pobreza e a miséria são expressões das desigualdades sociais. Elas não são apenas de renda, falta de dinheiro, implicam em várias dimensões na vida social. É só verificar os recentes relatórios do PNUD, Banco Mundial e a OXFAM-2018 - *A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras* (25.09.2017).

Cabe destacar que a região Norte é a segunda mais pobre depois do Nordeste. No estado do Amazonas estão alguns dos municípios mais pobres do Brasil. As agências de oficiais de pesquisa e as não governamentais, as vezes diferem dos critérios e índices utilizados na *medição da pobreza*. Argumenta-se que o IDH é polêmico e extemporâneo. Mas, se partirmos do SIS – Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2016-2017), ou então das análises do IPEA, ambas registram que 14,4% da população do Amazonas (mais de 4 milhões de habitantes) vive em extrema pobreza. Município como Ipixuna tem um IDH, 0,453) a exemplo,

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

é considerado um dos mais pobres. Assim como Atalaia do Norte (IDH, 0,450) é baixo e ocupa o terceiro lugar entre os municípios mais pobres do Brasil. Amazônia tem as suas particularidades regionais. Se formos historiar as desigualdades regionais, é necessário olhar a região desde a sua colonização que deixou rastros comprometedores que extrapolaram os limites regionais e nacionais.

Os acentuados processos de espoliação desde os anos da produção gomífera e dando um salto histórico deve ser considerado ainda a intervenção do Estado Brasileiro na Amazônia brasileira, se considerarmos os anos 70 de intervenção militar época que os planos de desenvolvimento adotados passaram ao largo da condição humana. Há histórico de déficits sociais, de políticas de (des)valorização e destruição do ambiente natural.

Há, entre os estudiosos uma unanimidade sobre as formas perversas de desenvolvimento regional que olhou e olha a Amazônia como se ela fosse homogênea. E outras tantas causas: uma elite dominante e suas formas de mando, de pilhar da coisa pública e se perpetuam no poder sem a mínima consideração com as pessoas ou povos que aqui vivem.

O secular descaso público pela condição humana, a meu ver, não é decorrente do conhecido argumento falacioso da falta de *vontade política*. Governo locais, refiro-me aos municipais, despreparados e verdadeiras aves de rapinas. Basta olhar os relatórios do TCE, nos municípios mais pobres colecionam desvios de recursos públicos. Dominação clientelista e ainda persiste o voto de cabresto imerso em outras modalidades de se relacionar com as populações *carentes*. Há de se evidenciar e reconhecer as formas de resistência e insurgências dos povos tradicionais. Enfim, creio que as raízes das desigualdades são mais profundas do que permite a nossa imaginação e muito além de nossas certezas.

Desse modo, questionamos: atingiremos a meta de reduzir de reduzir a pobreza a menos de 3% até 2030?

Os relatórios das agências de pesquisa indicam que a rota pela busca da igualdade parou de crescer em nosso País nos últimos anos. Prefiro falar da rota de

PROMOÇÃO



APOIO



JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



redução da pobreza e da miséria, pois, as desigualdades estruturais não foram combatidas na sua radicalidade, ao contrário, elas até mesmo se reproduziram. Essa estagnação para os autores dos relatórios advém da crise econômica que o país atravessou desde os fins de 2014. Há um consenso entre eles, entre os quais, me incluo, que com a PEC dos Gastos (95-2016) conhecida como a PEC da morte foi mortal para os gastos públicos nos programas de redução da pobreza e da miséria nos últimos 06 anos.

E, mais ainda. Destaque-se que tivemos pela frente quatro anos de governo obscurantista, vilipendiador do ser humano e de profundo desrespeito com os direitos sociais. E, ademais convivemos com a crise da Covid 19. De modo que os índices de desigualdades aumentaram. E temos tão somente 08 anos reconstruir o Brasil e para reduzir em 3% a pobreza, como pretende em 2030, a Agenda da ONU. Isto me parece pouco provável, pois, a pobreza tem raízes estruturais. E enquanto as desigualdades sociais não forem resolvidas, a pobreza se manterá. O Estado brasileiro na Amazônia é praticamente ausente e quando existe funciona de forma precária. Basta lembrar que dos 62 municípios amazonenses apenas 11 possuem escritórios da previdência social. Aí de quem se arvora a solicitar os direitos a aposentadoria e o auxílio a maternidade, entre outros direitos previdenciários.

E mais: como estudar e entender os processos sociais que provocam os níveis de pobreza se não levarmos em conta o tempo e o espaço, a questão étnica e de raça. E, ainda, a questão do gênero. Como desconsiderar as distancias abissais quando chegam os pacotes de benefícios decididos em espaços planaltinos, portanto, sempre pelo alto?

As condições de vida dos habitantes da Amazônia podem ser analisadas usando-se o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, indicador sintético que incorpora educação, saúde e renda e numa variação de 0 a 1,000. Aqui estão os municípios de Pauini, Envira, Itamarati, Guajará e Ipixuna e Atalaia do Norte (IDH 0,450), considerados, entre outros, os municípios mais pobres do Brasil. As

PROMOÇÃO



APOIO



JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desigualdades sociais são interregionais, e, ademais são notórias, confirmadas pelo abandono e pela segregação de muitas desses lugares e comunidades se encontram submetidas, sobretudo em microrregiões do Amazonas, segundo os dados de PNUD de 2012.

Ressalta-se que na Amazônia o índice de mortalidade infantil e na esperança de vida, pode ser maior nas áreas rurais ou nas áreas mais remotas, onde há acesso a alimentos e água e menor contaminação, embora os serviços de saúde e educação sejam raros e quando existem funcionam de forma precária. Em face a isso, questiona-se que no espaço temporal de quase 50 anos os modelos de desenvolvimento adotado historicamente para a Amazônia brasileira além de não promover a efetiva melhoria das condições de vida das populações aqui residentes, provocam grandes e graves danos ambientais.

Embora a maioria da população regional seja urbana, deve ser considerado uma população rural em torno de 6 milhões de pessoas. Por outro lado, as necessidades sociais básicas desse contingente populacional além de ausentes e precárias implicam custos elevados para a sua realização em função das distâncias a percorrer. Em todos os estados da região o índice de urbanização é elevado, embora inferior à média nacional. Há, ainda, grande diferença entre grandes, médias e as centenas de pequenas sedes municipais e vilas consideradas urbanas, embora com poucas pessoas ali residindo. Estão, ainda, tradicionalmente, vinculadas a vida rural e não tem equipamentos urbanos ou recursos humanos suficientes para a gestão municipal. A urbanização acelerada desencadeada a partir dos anos 70 associada às deficiências das políticas públicas e dos investimentos relativos à ocupação do solo urbano, abastecimento de água, saneamento básico, gerenciamento de resíduos sólidos e geração de emprego, colocaram milhões de pessoas em habitações insalubres, tanto nas áreas metropolitanas, quanto nas cidades médias e pequenas interioranas.

O PIB da cidade Manaus proveniente enormemente da indústria de transformação produzida no PIM, Polo Industrial de Manaus (BENTES, 2014),

PROMOÇÃO



APOIO



inscreveu a cidade com o 7º PIB em 2014 e dados do IBGE de 2022, indicam que Manaus é a cidade com o 5º maior PIB, entre as capitais brasileira. Mas, o espaço manauara é dividido nos termos de Milton Santos (1995). A exemplo, o Atlas Municipal de Manaus confirma que mais de 100 mil famílias vivem abaixo da chamada linha de pobreza (ATLAS MUNICIPAL, 2000 e 2010). Na Zona Leste, a mais populosa da cidade há ocorrência de bairros, especialmente, o Nova Vitória, onde concentram pobres que vivem sem nenhuma infraestrutura urbana e bens de consumo coletivo. O IDHM é de 0,660 quase próximos aos municípios de Pauini, Itamarati, Guajará, Atalaia do Norte e Ipixuna já citados e considerados os municípios mais pobres do Brasil. Por outro lado, em contraste, encontra-se de classe média alta com o IDHM de 0,941, quase equivalente em termos de desenvolvimento urbano nos países ricos da Europa (ATLAS MUNICIPAL, 2000;2010).

A pobreza urbana se espalha em várias áreas da cidade. Em geral, localizam-se nas ocupações as margens dos igarapés e canais existentes em Manaus, desde a década de 20 do século passado. Ou seja, situam-se em áreas de risco, encostas íngremes, terras sujeitas a alagamento, onde convivem com doenças, inadequadas condições de habitabilidade e ausência de assistência por parte do poder público. Nos chamados aglomerados subnormais e nos *territórios estigmatizados* nos termos de Wacquant (2002) nega-se o direito à moradia digna, assim como o saneamento básico na cidade. Esta possui apenas 44,65% dos domicílios com esgoto adequado (2010), o estudo do PNUD-MMA registra que o problema ambiental mais grave de Manaus é o lançamento *in natura* da maior parte dos esgotos domiciliares de Manaus nos corpos d'água da cidade (BENTES, 2014), coleta de lixo inadequada. Dados recentes mostram que os últimos gestores da cidade investem menos em saneamento básico.

Destaque, ainda, que na cidade de Manaus vivem mais de 45 mil indígenas de diferentes etnias (DSEI, 2018), nas chamadas ocupações desordenadas nas zonas periféricas da cidade. A Cidade das Tribos localizada no

bairro do Tarumã na Zona Oeste de Manaus. demanda os serviços sociais das instituições ali localizadas. Mais uma particularidade, que os profissionais do Serviço Social devem estar preparados para enfrentar e ainda a questão dos processos migratórios sobretudo de nacionalidades haitianos e venezuelanas. A “questão social” se agudiza se manifesta nas ruas e esquina de Manaus, demonstrando o que professor Ianni nos ensina que a “questão social” se manifesta de forma diferenciadas em tempos históricos diferenciados

4. ALGUMAS APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Atualmente, é consensual a ideia de que as desigualdades sociais constituem um obstáculo à construção de sociedades mais inclusivas (THERBORN, 2015), pois geram uma gama vasta de injustiças, discriminação e estigmatização, que se (re)produzem estrutural e culturalmente corroendo as instituições e os laços sociais entre os indivíduos e desvendando múltiplas formas de exclusão social que refletem a qualidade de vida e do pretense desenvolvimento sustentável das sociedades.

Há de se louvar a natureza multidimensional das interações das desigualdades sociais contemporâneas propostas pelos autores aqui citados que se sobrepõem a antiga matriz estrutural constituída essencialmente por desigualdades na distribuição de recursos econômicos e educativos. A multidimensionalidade da nova matriz conceitual das desigualdades asseguram o sentimento de pertença a determinadas categorias sociais, tais como a classe social, o estatuto profissional, o gênero, a idade, a étnica, e deficiência, a naturalidade e religião, todas elas teoricamente definidas como desigualdades categoriais (COSTA e MAURITTI, 2018)

Em diferentes esferas públicas o agravamento atual das desigualdades tem irrompido na mídia, nas redes sociais, agentes políticos, e sobretudo os movimentos sociais. Criaram-se mais recentes, em diferentes campos do saber, observatórios das desigualdades, laboratório de pesquisas e agendas de investigação em ambiente acadêmico e agências governamentais.

O certo é pode-se se dizer que nos chamados países em desenvolvimento já historicamente desiguais, a expansão das desigualdades se intensificaram enquanto os estudos e pesquisas e as intervenções e ações societárias de caráter estruturais ou seja: os estudos científicos não conseguem acompanhar ou caminham ainda a lentidão ou a passos largos suas estratégias e formas de enfrentamento.

O que torna mais difícil a tarefa histórica de alterar radicalmente as desigualdades estruturais do sistema do capital é o fato de que essa ordem social é inseparável de uma cultura da desigualdade substantiva há muito estabelecida em uma constituição, observa Meszaro (2007). Para este autor a ordem social do capital é estruturada de um modo profundamente iníquo e não poderia em absoluto funcionar de outra forma. Pois, por sua própria natureza, o capital deve sempre reter para si todo o poder significativo de decisão, partindo das menores células constitutivas do sistema até os mais altos níveis do controle societário em geral. (p. 323).

E, sim, louvável a proposta dos ODS, mas ela foi elaborada sem tocar nos princípios fundamentais que geram as desigualdade e degradam o meio ambiente na medida em a busca por crescimento econômico desenfreado que tem comprometido não só o meio ambiente e mas gerado cada vez injustiças sociais.

Desse modo, observa Scarano (2019) os objetivos do ODS funcionam como uma espécie de utopia programada, que tem mapa de caminhos que se resume aos 17 objetivos e suas 169 metas. Não há caminho único para alcançar esses objetivos. Entretanto, há um conjunto de metas e indicadores que, de certa maneira, aponta o que deve ser feito.

Tudo indica que esses os objetivos dificilmente serão atingidos por serem contraditórios. O capitalismo e a sua nova modalidade de desenvolvimento se baseia no desenvolvimento sustentável que pretende conciliar nos próximos 11 anos o crescimento econômico (ODS8), com um bom estado de conservação na

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Terra, na água, na mudança do clima. Um remendo no capitalismo não nos parece que causará essa ruptura necessária diz Scarano(2019).

Ademais, não se evidencia nos ODS a re-emergência de princípios de povos ancestrais, especialmente no sul global. O paradigma no qual os ODS foram construídos é o paradigma do capitalismo, que é pautado pelo crescimento econômico. O volume de recursos financeiros que temos no planeta estão concentrados nas mãos de poucos. Segundo o relatório da Oxfam, (2019, 2022). A desigualdade mata, o patrimônio de 26 bilionários mais ricos do mundo corresponde aos dos 3,8 bilhões de mais pobres. Trata-se de uma concentração de recursos absurdas que dificilmente pode se pensar em desenvolvimento sustentável e seus objetivos da Agenda 2030. Esses objetivos desenhados dentro do paradigma do capitalismo não propõe uma agenda para suplantar essa lógica

No Brasil, nos marcos da democracia capitalista a pobreza e a miséria vinham decrescendo de forma lenta. Mas, no contexto de governo ultraneoliberal dos últimos 06 anos, o País retornou ao Mapa da Fome. Experenciamos nesse tempo histórico um governo anti-Brasil e anti-Amazônia de barbarização da vida social que tem desafiados os nossos olhos. Além de presenciarmos uma crise sanitária mundial que nos afetou profundamente, presenciamos uma outra, a do desmonte de um padrão civilizatórios mesmo nos marcos de uma democracia desigual – que as duras penas vínhamos construindo.

De todo modo, louvo a iniciativa, mas insistindo na multidimensionalidade da pobreza. Esta não se reduz ao suprimento de renda e nem na falta de alimentação. Ela precisa ser vista na sua multidimensionalidade. É necessário política de saúde, de educação, de saneamento básico, energia elétrica, água potável, moradia digna, etc. O respeito pela cultura, pelos valores, crenças, tradição, pelo pertencimento do território, entre tantas questões subjetivas que não aparecem à primeira vista.

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

- BENTES, N. Manaus Realidade e Contrastes Sociais. Manaus: Editora Valer, 2014.
- COST, F. A e MAURITTI, Rosário. Classes Sociais e interseções de desigualdades. Lisboa: Sociologia *online*. N. 22, setembro, 2018.
- FAGUNDES, Flavio et al. Reduzir a desigualdade dentro dos países. Refletindo sobre os ODS 10 da Agenda 2030 e a Justiça Social em tempos de racionalidade neoliberal. Ijuí. Salão do Conhecimento, outubro, 2020.
- Governo Federal. DSEI. Ministério da Saúde. (2018)
- MÉSZÁRO. I. O desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁRO, I. p. 25, (2015), A montanha que devemos conquistar, São Paulo: Boitempo, (2015)
- ONU. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Disponível: <http://www.un.org/qa/search/view- doc>. Acessado em jul. 2021.
- NAÇÕES UNIDAS. ODS. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDS. Gov.Br.
- SANTOS, Natalia T. e NOGUEIRA, Joao P A desigualdade em pauta na Governança Global. Departamento de Relações Internacionais, 2019
- SILVA, Sara Fr. Et al. Redução das Desigualdades no âmbito da Agenda 2030 da ONU. Lisboa: Sociologia *online*. N. 29, agosto 2022, p. 54-89.
- PIKETTY, Thomas. A desigualdade no Brasil é da Europa no século XIX. Ijuí. Instituto Humanitas Unisinos. 20 de julho de 2020.
- SCARANO, Fábio. Contradições nas raízes dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Entrevista para Paula Drumond Castro. Ecodebate. 9.06.2019.
- OXFAM-2022 - *A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras*. Davos: Forum Econômico Mundial Davos, 2022.
- OXFAM, 2021. *A desigualdade Mata*. Davos: Forum Econômico Mundial de Davos, 2021.
- SCHERER, Elenise, OLIVEIRA, Maria F., DIOGENES, Antônia Mara R. Percurso Artesanal sobre as desigualdades contemporâneas: notas de pesquisa. São Luís: UFMA, Revista Políticas Públicas n. 2022.
- SCHERER, Elenise. Caminhando para trás. Manaus: UFAM, Atlas da ODS no Amazonas. 02.09.2019
- SCHERER, Elenise. Serviço Social e Questão Social na Amazonia: pensando alternativas e construindo resistência. Manaus: UFAM, conferência, Semana do Serviço Social 2022.
- THERBORN, Goran. La Desigualdad mata. Madrid: Alianza Editorial, 2015.
- WACQUANT. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.